

## A INTERVENTORIA DE ANTHENOR NAVARRO (1930-1932): “NOVOS CAMINHOS” DA POLÍTICA PARAIBANA<sup>1</sup>

Martinho Guedes dos Santos Neto<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO: OS PRIMEIROS INSTANTES DO PÓS – 30 NA PARAÍBA

Com a vitória do Movimento de 30, o Brasil começou a viver momentos de reorganização política. Getúlio Vargas assume a presidência na condição de um governo provisório cuja missão seria a moralização e renovação dos costumes políticos. Ao lado de Getúlio os tenentes constituíram um apoio necessário, uma vez que estes tenentes havia, por todo Brasil, consolidado o movimento em suas bases militares ou civis.

Neste sentido, a organização do estado pós-30 seguiu em sua conduta mestra os princípios defendidos pelos tenentes. No Manifesto Programa pós - outubro de 1930 são traçadas as linhas gerais da atuação do novo estado. Voto secreto e Ensino primário obrigatório, Criação do conselho nacional do trabalho, unificação da magistratura e do magistério, reforma geral do sistema tributário, comercial e político, instituição de bancos oficializados de custeio rural e o serviço militar obrigatório são algumas das linhas de atuação deste estado pós-30.

O tenente Juarez Távora, o grande chefe do levante no norte-nordeste, assumiu o que ficou conhecido como o vice-reinado do norte, um tipo de órgão de supervisão dos novos dirigentes estaduais. Isso porque no contexto do pós-30, o norte-nordeste assume uma postura de relevância em relação ao resto do país, a centralização política possibilitou uma reafirmação do poder regional e o enfrentamento com o centro-sul,<sup>3</sup> ou seja, o movimento de outubro possibilitou a participação dos estados nordestinos na política brasileira de forma a fazer valer seus interesses.

A direção dos estados no pós-30 passou a ser exercida por pessoas de confiança, indicadas por Getúlio que, em geral, eram tenentes militares e em alguns estados, civis revolucionários que atuaram no levante de 30. Eram pessoas alheias às práticas políticas locais ou que não tivessem qualquer vinculação com tais práticas.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História Local Para Além das Fronteiras: Fontes de Pesquisa e Metodologia Aplicada”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

<sup>2</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba.

<sup>3</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. *A Trajetória do norte: uma tentativa de Ascenso político*. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (org). **Regionalismo e Centralização política**: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1980 pp. 345.

INTERVENTORES DO NORDESTE – 1931		
Estados	Interventores	Origem
Maranhão	Lourival Seroa da Mota.*	Tenente/ Revolucionário
Piauí	Landry Salles Gonçalves.*	Tenente/ Militar
Ceará	Fernandes Távora	Tenente/ Civil
Rio Grande do Norte	Irinêo Joffily**	Tenente/ Civil
Paraíba	José Américo de Almeida/ Anthenor Navarro*	Tenentes/ Cíveis
Pernambuco	Carlos Lima Cavalcante	Tenente/ Civil
Alagoas	Tasso Tinoco*	Militar
Sergipe	Augusto Maynard Gomes*	Tenente revolucionário
Bahia <sup>4</sup>	Leopoldo do Amaral/Artur Neiva/ Juaracy Magalhães***	Cíveis Tenente/ Militar

FONTE: Cf. Dados coletados em Ângela de Castro Gomes (org.). *Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30*. p.346.

\*Cf. Dados em Martha M<sup>a</sup> Falcão de C. e M. Santana. *Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940*. pp. 76 e 87.

\*\*Cf. Dados no Jornal "A União" de 16/12/1930, p.1 (Visita a Paraíba dos interventores do Ro G. do Norte e Pernambuco).

\*\*\* Cf. Dados em Consuelo Novais Sampaio. *Poder e Representação: o legislativo da Bahia na segunda república, 1930 – 1945*, p.63.

Esses requisitos para investidura no cargo de interventor, embora regulamentado pelo "Código dos Interventores", de 1931, na prática não funcionava. Os interventores, que a um primeiro momento pareciam estanhos ao meio, paulatinamente acabaram comungando, em muitos estados, com os mesmos costumes políticos que teoricamente deveriam combater.

Mesmo assim, é inegável que o estado pós-30 assumiu uma postura centralizadora, ou seja, iniciou um processo de subordinação da máquina política e burocrática local ao poder central. Tal medida visou desarticular a manipulação coronelística do corpo do Estado (nomeação de fiscais de renda e coletores, professores, suplentes de juizes, telegrafistas, etc.) reduzindo sua importância.<sup>5</sup>

Na Paraíba pós – 30, a reorganização do estado segue fielmente a proposta do governo provisório de Vargas. José Américo de Almeida assume a interventoria estadual com o objetivo de fazer valer os princípios do novo estado que, gradativamente, diminui a influência dos grupos oligárquicos. Contudo, o estado pós – 30 não eliminou por completo a influência dos coronéis na Paraíba. Muitos destes procuraram acomodar-se diante das transformações impostas pelo movimento de outubro, sobretudo, no que diz respeito à máquina administrativa do estado, agora, subordinada diretamente ao poder executivo federal. A estatização da estrutura administrativa e política do estado e os ajustes pós – outubro iniciados com José Américo são interrompidos com a sua indicação para o ministério da

<sup>4</sup> O interventor Leopoldo Afrânio do Amaral governou de 1º de nov. de 1930 a 18 de fev. de 1931. Artur Neiva governou de 18 de fev. a 15 de jul. de 1931, enquanto que Juaracy Magalhães governou por seis anos até o golpe do estado novo.

<sup>5</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. **A Revolução Estatizada**: um estudo sobre a formação do centralismo em 30. 2ª ed. João Pessoa. Ed. Universitária/UFPB, 1992, pp. 158.

Viação da Obras Públicas do governo de Vargas. Permanecendo apenas três meses a frente da interventoria, foi substituído por Anthenor Navarro, a 09 de novembro de 1930, por sugestão do general Juarez Távora.

Anthenor de França Navarro nasceu na cidade da Parahyba do Norte, em 31 de agosto de 1899, e foi batizado na Catedral de Nossa Senhora das Neves, a 15 de outubro do mesmo ano. Filho de Francisco Xavier Navarro e Maria das Dores Espínola de França Navarro (conhecidos respectivamente como Chico Navarro e Yayá); seu pai foi comerciante em Mamanguape e, posteriormente, se instalou na cidade da Parayba do Norte em busca de uma nova vida.<sup>6</sup>

De estatura mediana, olhos pequenos e míopes, voz mansa, cabelo curto e escuro, temperamento tranqüilo, educado e extremamente honesto, iniciou seus estudos no Colégio Nossa Senhora das Neves e concluiu no Colégio Diocesano Pio X, dos irmãos Maristas. Mais tarde seguiu para o Rio de Janeiro onde cursou o Colégio Pio Americano, o Colégio Pedro II e a Escola Politécnica, diplomando-se como Engenheiro – Geógrafo, em 1921.<sup>7</sup>

Ao terminar o curso superior, Anthenor não voltou a Paraíba, procurou se estabelecer em São Paulo; trabalhou como engenheiro da prefeitura da capital paulista e na firma Companhia Construtora de Santos. Sem demorar muito neste Estado, retornou ao Rio de Janeiro e fundou a firma “Engenharia Vidal, Navarro e Alcoforado”, cujo grande trabalho foi a urbanização do bairro do Brás de Pina.<sup>8</sup>

Na Paraíba e também fora dela, Anthenor Navarro revelou-se como um homem culto e crítico. Escreveu artigos nos jornais mais importantes do país; militou na imprensa do Rio de Janeiro, escrevendo no jornal IMPARCIAL cujos artigos apoiaram a candidatura de João Pessoa ao governo do Estado, o que lhe rendeu a amizade de Epitácio Pessoa. Foi redator do jornal A UNIÃO, que contava com um grupo de renomados intelectuais da Paraíba contemporânea de 20. Escreveu para o jornal O COMBATE, no qual, em 26 de novembro de 1923 assumiu as funções de redator-gerente. Fundou a revista A NOVELA, mantendo uma coluna de crítica de arte e colaborou com a revista NOVA ERA (1923).<sup>9</sup>

Com uma intelectualidade aguçada, lia e discutia os autores e pensadores comunistas como Karl Marx, Friedrich Engels e Leon Trostsky. Foi adepto de Capistrano de Abreu cujas obras “Caminhos Antigos” e o “Povoamento do Brasil” trouxeram-lhe novos conceitos e lições de Historiografia.

Foi crítico musical cujas discussões apaixonadas tiveram como companheiro o amigo e professor de música Gazzzi de Sá; juntos apreciavam Frédéric Chopin e promoviam eventos

---

<sup>6</sup> BURITY, Glauce M<sup>a</sup> Navarro. **Anthenor Navarro**. Plaquete Nomes do Século, série histórica. João Pessoa, A União editora, N<sup>o</sup> 22. 2000; pp 07-09.

<sup>7</sup> RIBEIRO, Domingos de Azevedo. **Anthenor Navarro e a Revolução de 30**. Coleção estudos paraibanos. João Pessoa, Sec. de Educação e Cultura. 1981, p 01.

<sup>8</sup> Cf. Glauce Maria Navarro Burity. Op. Cit. p 10.

<sup>9</sup> Op. Cit. p 11.

musicais de alta qualidade como o concerto sinfônico no Teatro Santa Roza em 1921, com o apoio do Centro Paraybano do Rio de Janeiro, sob a regência do maestro Camilo Ribeiro. Suas idéias refletiu as inquietações do momento político – social brasileiro e os questionamentos às práticas políticas da República Velha incrementados com os ideais da Rússia revolucionária.

Ao voltar a Paraíba, a convite de João Pessoa, ingressou no serviço público como Diretor da Repartição de Água e Saneamento da capital paraibana em 1928. Muito antes do movimento de outubro de 1930, Anthenor já manifestava seu espírito revolucionário, tendo como mentor ideológico o Tenente Juarez Távora. Assim, destacou-se no levante de outubro como um dos mais destemidos e astutos articuladores das ações pré e pós 1930.

## **ANTHENOR NAVARRO E ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL**

### **1. A CENTRALIZAÇÃO BUROCRÁTICA**

Ao assumir o governo da Paraíba, Anthenor Navarro não encontrou um Estado burocraticamente organizado embora o governo de João Pessoa, do qual fizera parte, tivesse iniciado uma série de medidas no sentido de organizar a máquina burocrática da Paraíba, as mesmas não foram concluídas. José Américo, que assumiu o governo da Paraíba pós-30, permaneceu apenas um mês e vinte dias à frente do Estado sendo conduzido ao Ministério da Viação e Obras Públicas por Getúlio Vargas. Sendo assim, coube a Anthenor Navarro a organização do Estado nos moldes do novo modelo proposto pelo movimento de outubro de 1930, centralizado sob os ditames do executivo.

Vencer o estado de luta em que se encontrava a Paraíba em decorrência do movimento de outubro e manter a política unida em torno da Aliança Liberal constituiu o primeiro desafio do novo governo. Era preciso instituir a ordem e depois governar em harmonia com as diretrizes tenentistas.

Anthenor formou um secretariado de confiança, composto por jovens intelectualizados da elite paraibana e comprometidos com o desenvolvimento e moralização do Estado.

SECRETARIADO DO INTERVENTOR ANTHENOR NAVARRO – 1931	
Secretário de interior, Justiça e Instrução Pública.	Flodoardo Lima da Silveira (até 12/02/1931) Odon Bezerra Cavalcante
Secretário da Fazenda	Sr. Matheus Gomes Ribeiro.
Secretário de Segurança Pública	Gratuliano da Costa Brito.
Secretário de Segurança e Assistência Pública	Manuel Ribeiro de Moraes.
Secretário da Agricultura, Comércio, Indústria, Viação e Obras Públicas.	João Maurício de Medeiros.
Diretoria Geral de Saúde Pública	Dr. Walfredo Guedes Pereira.
Comando do Regimento Policial do Estado	Tenente Coronel Elyσιο Sobreira.
Diretor do Tesouro do Estado	Romualdo Rolim.
Repartição de Água e Esgoto	Chromacio Cavalcante.

FONTE: CF: o Jornal A UNIÃO de outubro de 1930 a junho de 1931.

Em 1931, o programa político de Anthenor Navarro procurou desarticular os currais coronelísticos do estado e a influência destes sobre a máquina administrativa estadual. Neste sentido, Anthenor Navarro partiu para o que podemos chamar de centralização e controle do Estado.

A atuação do seu governo neste sentido foi diversa: o executivo estadual baixou decretos que abrangeram todos os setores do sistema público do estado; disciplinou e limitou as nomeações de professores, secretários, juizes, chefes de mesas de rendas e prefeitos, todos a revelia do poder local. Como base de sua ação modernizadora, Anthenor incorporou todas as sugestões expostas nas trinta teses sobre os Problemas e Necessidades da Paraíba<sup>10</sup>, que discorria por todos os setores econômicos e sociais do Estado.

Essas Teses sobre os Problemas e Necessidades da Paraíba foram encomendadas por José Américo de Almeida objetivando desenvolver um plano de ação político – administrativo do Estado. Organizada por um Grupo de notáveis<sup>11</sup>, as Teses discorriam sobre organização tributária, saúde, saneamento, instrução pública, comércio do algodão e segurança. Seu conteúdo e sugestões serviram de base para o programa de organização e soerguimento da vida burocrática e administrativa do Estado na interventoria de Anthenor Navarro.

Nesta perspectiva, podemos perceber que a administração de Anthenor Navarro buscou dar uma resposta ao momento de “moralização política e administrativa” influenciado pelos acontecimentos de outubro de 1930. A tentativa de implantar um novo conceito administrativo e um novo “jeito” de governar custou às estruturas coronelísticas, se não seu fim, pelo menos uma mudança no modo de fazer política.

<sup>10</sup> IMPRENSA OFFICIAL. **Problemas e necessidades da Paraíba**: sugestões apresentadas pela comissão que o governo revolucionário designou para estudar-os. Nº 279. João Pessoa, 1931.

<sup>11</sup> Lauro Wnderley, Adhemar Vidal, J. R. Coriolano de Madeiros, Argemiro de Figueiredo, Matheus Ribeiro entre outros compunham o grupo de notáveis que elaboraram as Teses sobre os Problemas e Necessidades da Paraíba em 1930.

## 2. LEGISLAÇÃO FISCAL, FAZENDÁRIA E CRÉDITO MERCANTIL.

A situação fiscal, fazendária e o crédito mercantil foram os maiores problemas da Paraíba pós-30 na montagem de um novo Estado burocraticamente centralizado e disposto a emplacar o desenvolvimento requerido pelos setores produtivos da Paraíba.

A máquina fiscal do Estado, em 1930, era constituída por um emaranhado de impostos taxativos concentrados, grande parte no comércio, sobretudo, do algodão. O referido produto recebia uma taxa de 11% *ad valorem* e 20% de adicionais no embarque, enquanto que em outros estados do Nordeste a mesma taxa era de 8% e 20% respectivamente. E, as municipalidades cobravam ainda do algodão e outras culturas o imposto de entrada e saída, referente à gravação da origem dos produtos, ou seja, as sacas de algodão pagavam para receberem o selo de procedência, mesmo que este fosse de ótima qualidade, e ainda recebiam a mesma taxação nos outros municípios por onde passassem.

O imposto de incorporação cobrado aos produtos do comércio atacadista fragmenta-se de tal forma que, sob a rotulação de “imposto de incorporação” são cobrados vários outros, por exemplo: as bebidas alcoólicas eram taxadas em suas embalagens proporcionalmente ao peso; nos locais de armazenamento com o imposto de guardas noturnos, onde ficava a espera dos destinatários e o imposto de lixo, cobrados sobre as embalagens que envolviam essas mercadorias.

O excesso de tributação e as altas taxas de transporte das mercadorias, cobradas tanto nas estradas quanto nos transportes ferroviários, ainda se deparavam com a desorganização da Fazenda Pública. As mesas de rendas, responsáveis pela arrecadação estadual, que se tornaram reduto dos desmandos dos coronéis subtraíam os impostos em detrimento do Estado, embora tenhamos que considerar que no governo de João Pessoa (1928 – 1930) a nomeação de arrecadadores de rendas a revelia do poder do chefe local deu certa regularidade à arrecadação estadual.

As repartições estavam desdobradas sem necessidade antes de 1930, aumentando o contingente de funcionários públicos, por exemplo: os serviços das Delegacias e Alfândegas eram desdobradas em Delegação do Tribunal de Contas, Sub-Contadoria da Contabilidade Pública e Seção de Impostos e Rendas dispersando atribuições que as duas primeiras repartições facilmente desempenhariam, segundo o Dr. Luiz Ribeiro de Moraes autor da vigésima sétima tese – *Legislação de Fazenda Federal*.<sup>12</sup>

Um outro problema foi o crédito mercantil pouco transparente e de escassos incentivos por parte do governo ao crescimento da economia e do comércio do Estado; sendo preciso, portanto, uma política de crédito que beneficiasse, principalmente, o pequeno agricultor e estivesse livre da agiotagem de alguns atravessadores do estado.

---

<sup>12</sup> Op. Cit. p. 140 – 142.

Para solucionar todos esses problemas fiscais, fazendários e de crédito, mediante a perspectiva de um Estado organizado e de acordo com o direcionamento do governo provisório, Anthenor Navarro baixou inúmeros decretos que corrigiram os excessos.

Em 19 de maio de 1931, sob o decreto nº 114, o interventor federal reduz para 1,3/4% e 2,3/4% o imposto sobre o algodão cru, tinto ou estampado destinado a exportação e emplaca o cumprimento da classificação das sacas de algodão do Estado como determinava o Ministério da Agricultura em acordo com o decreto estadual nº 31, de dezembro de 1930, problema que surge ainda no governo de João Pessoa, e que posteriormente abre a discussão sobre os impostos de entrada e saída de mercadorias, culminando com sua extinção.

Anthenor Navarro ainda reorganiza a Secretaria da Fazenda no que corresponde a arrecadação e fiscalização das rendas do Estado. Sendo assim, decretou o fechamento das mesas de rendas de S. João do Cariry, Taperoá, Serra Branca e Sant'Anna do Congo, reduzindo e moralizando as existentes por meio de uma fiscalização disciplinada diretamente ligada à Secretaria da Fazenda do Estado.

A questão do crédito não se resolveu em definitivo no ano de 1931, contudo, são criadas as caixas rurais em toda Paraíba com um montante que, posteriormente resultou na criação do banco Hipotecário do Estado, como noticia *A UNIÃO*:

*“O interventor federal neste estado acaba de fazer em cada instituto de crédito cooperativista um pequeno depósito destinado ao futuro Banco agrícola e Hypotecário”.  
Essa resolução do governo teve por finalidade financiar e amparar as caixas Raiffeisen e Bancos Luzzatti da Parayba, auxiliar principalmente os pequenos agricultores no desenvolvimento de sua produção agrícola...”*<sup>13</sup>

Além dessas medidas, muitas outras foram tomadas com o objetivo de organizar a tributação na Paraíba e limitar as despesas públicas. Anthenor implantou um bem organizado corpo de fiscalizadores da Fazenda Pública que, ao longo do seu governo, foi sendo aperfeiçoado e regulamentado com novas medidas que favoreceram o comércio, a agricultura e a indústria paraibana.

### **3. INSTRUÇÃO PÚBLICA**

Ao assumir a interventoria da Paraíba, uma das suas primeiras ações foi junto à instrução pública. A tese vigésima terceira relativa à instrução pública do professor Eduardo de Medeiros<sup>14</sup> apontou algumas causas que contrariavam o desenvolvimento da instrução pública.

---

<sup>13</sup> Jornal *A UNIÃO* de 11 de fevereiro de 1931. p.1.

<sup>14</sup> Cf, Problemas e necessidades da Parayba. Op. Cit. p.115.

A primeira delas estava relacionada ao ensino normal, visto como um ensino passivo e sem dinamicidade, em que os alunos aprendiam apenas a reproduzir métodos e técnicas já consideradas atrasadas para os moldes da Escola Nova, não existindo a prática de educação física e os professores em exercício sem qualquer conhecimento sobre artes. A política constituía a segunda causa do atraso do ensino. Para o autor, o domínio do chefe político nos municípios cuja ação figurava-se de forma intolerante e autoritária, impedia que a escola agisse independentemente de suas ordens e orientação; os professores nomeados eram semi-analfabetos e as escolas, quando existiam de fato, ficavam fechadas durante quase todo o ano.

Alguns municípios não dispndiam nenhum recurso com a instrução, a exemplo de Catolé do Rocha, Conceição, Patos e Teixeira, em 1929; Brejo do Cruz, Conceição, Misericórdia e Piancó, em 1930. Outros ainda gastavam quantias irrisórias da sua receita, como Alagoa Grande, 4,85%; Araruna, 4,56%; cajazeiras, 4,13%; João Pessoa, 5,73%; Pombal, 1,76% e Sousa, 1,41%, no ano de 1930.<sup>15</sup> A má renumeração contribuía para a deserção, os professores mal pagos tinham pouca dedicação e as condições de trabalho não eram favoráveis.

Um outro ponto de atraso eram as péssimas condições dos estabelecimentos de ensino e a falta de inspeção técnica nas escolas, limitadas somente a capital e sem o cumprimento necessário no restante do estado por força da influência do coronelato.

Com todo esse quadro, o interventor federal no estado baixou, a 11 de dezembro de 1930, o decreto nº 33, que unificou o ensino, ficando todas as escolas sob a direção do estado.

*“Sob o regimen do citado decreto, obviaram-se taes inconvenientes, seleccionando-se por exames de capacidade tecnica, para suas nomeações, os professores municipaes até então existentes. A fiscalização do ensino em todo estado dividido em zonas, por um corpo de inspectores technicos, completa nessa parte, o conjunto de medidas de immediato alcance para integrar a instrução primária na sua alta finalidade”.*<sup>16</sup>

O governo exonerou quase que todo o magistério do Estado a partir de constatações de improbidade funcional e ligações com o poder local. Ou seja, grande parte dos professores eram parentes dos chefes políticos de suas cidades e recebiam seus salários sem trabalhar, com folhas de ponto falsificadas. O jornal *A UNIÃO*, diariamente, na seção reservada ao governo, noticiou atos de exoneração, substituição e remoção de professores.

As escolas, a partir de 1931, foram multiplicadas em toda Paraíba. As matrículas nos anos de 1928, 1929 e 1930, aumentaram respectivamente de 18.740, para 19.367 e 20.524 alunos e a freqüência de 10.045, para 10.310 e 11.040 alunos. O número de escolas que era de quatorze estabelecimentos de ensino, em 1931 tendeu a aumentar como consequência

<sup>15</sup> ESTADO DA PARAYBA. *Anuario Estatístico*. Anno II – 1931. João Pessoa, 1934, p. XI e XII.

<sup>16</sup> GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DA PARAYBA. *Relatórios do primeiro anno de administração*. Imprensa Official, Nº 275. João Pessoa, 1932, p.22.



do melhoramento do ensino no Estado que por sua vez deslocou 20% de sua receita para a instrução pública.<sup>17</sup>

ENSINO NA PARAÍBA – 1931						
ESPECIFICAÇÃO	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	CONCLUSÃO DE CURSO	ESTABELECIMENTOS		PROFESSORES
				GRUPOS	ESCOLAS	
Ensino Federal	805	552	14	-	2	16
Ensino primário estadual	27.767	13.839	237	11	425	554
Ensino Particular	4.576	3.378	303	-	98	171
Total	33.148	17.769	554	11	525	741

FONTE: CF. Dados no **Anuario Estatístico** do Estado da Parayba. Anno II – 1931. João Pessoa, 1934, p.XI

Novas cadeiras de ensino foram incorporadas ao currículo escolar como, ginástica, Educação Física e música. O Liceu Paraibano e a Escola Normal tiveram seus quadros funcionais e sua estrutura de ensino aperfeiçoada.

Com a organização da instrução pública no Estado, Anthenor Navarro favoreceu o desenvolvimento de oportunidades que não estivessem ligadas a influência dos chefes locais e as prefeituras tiveram que contribuir com uma arrecadação mensal aos cofres do executivo central em favor do ensino primário.

#### 4. ESTRADAS DE RODAGENS E OBRAS PÚBLICAS

As estradas de rodagens no governo de Anthenor Navarro mereceram especial atenção, sobretudo porque as condições das estradas estaduais, em direção ao interior, se constituíam como um problema a ser solucionado principalmente com o avanço do comércio e a necessidade de escoamento da produção da lavoura paraibana.

Antes de 1930, no governo de João Pessoa, a realização das obras rodoviárias contava com um sistema de pedágios, ou seja, o governo contratava empresas particulares para execução de obras de conservação e abertura das mesmas com a condição de que os pagamentos seriam feitos com um pedágio pago pelos veículos, diretamente aos contratantes, a cada 20 quilômetros. Esse tinha pouco resultado e um insignificante avanço da malha rodoviária do Estado<sup>18</sup>. Um outro problema era o aproveitamento pelo poder local dessas facilidades, o chefe local concorria junto ao governo a licença para a execução de tais obras e condicionava-a aos seus interesses.

<sup>17</sup> **Anuario Estatístico** do Estado da Parayba. Anno II – 1931. João Pessoa, 1934, pp, X e XI.

<sup>18</sup> Cf. Relatórios do Primeiro Anno de Administração - 1931. Op. Cit. p. 5.

O Dr. Leonardo Arcoverde, autor da tese de nº 18: *Viação Férrea e Rodoviária* classificou o sistema de transportes do Estado como “Incerto, lento, deficiente e caro”, estendendo seus comentários também ao transporte ferroviário cujos 363 quilômetros de linha férrea estavam arrendados a “Great Westen” que condicionava o frete a um valor 50% a mais do valor das mercadorias.<sup>19</sup>

Ao iniciar seu governo, Anthenor refez os contratos com as empresas responsáveis pelas obras rodoviárias, instituindo um valor fixo com base no quilômetro – mês. Ou seja, no prazo de três anos as empresas receberiam 100\$000 por quilômetro construído no primeiro mês e, nos 35 meses restantes, 25\$000 por quilômetro construído. Com o novo sistema, o interventor federal extinguiu as taxas de pedágios e as contribuições dos municípios ao Estado de 10% destinados a manutenção e construção de estradas. Para substituir esses impostos criou o imposto de \$100 por litro de gasolina consumido no território paraibano, segundo o próprio Anthenor no relatório de seu primeiro ano de mandato, já citado.<sup>20</sup>

Uma outra medida decorrente da seca que se prenunciava, foi a incorporação de uma mão-de-obra barata na construção dessas estradas em acordo com o 2º Distrito de Obras Contra as Secas, que contou com verbas federais, os flagelados foram empregados na construção de estradas e açudes, recebendo diárias mínimas de mil reis, mil e quinhentos e dois mil reis. O jornal *A UNIÃO*, de 11 de janeiro de 1931, noticia um balanço dessas obras em entrevista ao Dr. José de Ávila Lins chefe do 2º Distrito de Obras Contra as Secas:

*“... Até agora são os seguintes serviços em execução: açude Zabelê, Noventa e Novo e estradas de rodagem Juarez Távora a Ingá e Ingá a Campina Grande, empregando um total de 200 homens; estrada de itabaiana a Umbuzeiro, com 250 homens; (...) estrada de Caicó a Catolé do Rocha, Cabeça Branca a Lages e Natal a Entroncamento, 400 homens; (...) estrada de Alagoa Grande a Picuy, 600 homens; estrada João Pessoa a Boca da Mata, 350 homens; estrada de cuité a Serra do Espinho, 100 homens; estrada de Misericórdia a Conceição, 100 homens; Estrada de Borborema a Bananeiras, 120 homens; estrada de conceição a Bonito, 200 homens; estrada de João Pessoa a cabedello, 300 homens....”<sup>21</sup>*

Com essa parceria favorecida pelo Ministério de Viação e Obras Públicas cujo ministro era José Américo de Almeida, Anthenor pôde efetuar inúmeros serviços que avançaram consideravelmente a malha rodoviária do Estado. Por outro lado, a interventoria colocou sob seu direcionamento as verbas e a execução das mesmas.

Quanto às obras públicas, o governo de Anthenor Navarro deu uma nova paisagem a capital paraibana, concluiu obras iniciadas por João Pessoa e efetivou outras como o início do porto de Cabedelo. Concluiu a reforma do palácio do governo, construiu casas para as viúvas dos soldados de Princesa, reconstruiu o Quartel do Regimento Policial, iniciou a construção da Estação de Sericultura, reforçou o abastecimento de água e esgoto da capital, empreendeu

<sup>19</sup> Cf. Problemas e Necessidades da Parayba. Op. Cit. pp. 90 – 91.

<sup>20</sup> Cf. Relatórios do Primeiro Anno de Administração - 1931. Op. Cit. p. 5.

<sup>21</sup> Cf. Jornal *A UNIÃO*. 11 de janeiro de 1931, p.7.

vários serviços de remodelação da capital e construiu prédios escolares em várias localidades. Todas as obras foram orçadas de acordo com a receita dos cofres do Estado e o dinheiro diretamente administrado pela secretaria de Fazenda sem a intermediação dos prefeitos ou políticos.

## 5. JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Em um quadro geral, a justiça e a segurança na Paraíba da Primeira República não diferia muito do restante do Nordeste, onde o poderio do coronel formou e determinou as atribuições da polícia, configurando-as como milícias particulares.

Com a magistratura não foi diferente; os juizes, em suas comarcas, agiam como verdadeiros donos da lei e, em muitos casos, andavam juntos com o poder local, agindo inteiramente a revelia do governo do Estado.

Ao assumir a interventoria da Paraíba, Anthenor procurou reformular por completo a polícia, exonerou, pôs em disponibilidade e demitiu sargentos, guardas, oficiais militares, sub-comandantes e delegados de quase todos os municípios. No jornal *A UNIÃO*, de dezembro de 1930 a julho de 1931, noticia diariamente as exonerações e movimentações de policiais, delegados e comandantes.

Ao problema da magistratura, Anthenor procurou resolver primeiro a questão salarial destinando para a mesma uma dotação orçamentária de 721:220\$000 reis e elevando consideravelmente os vencimentos dos juizes e promotores.

Baixou o decreto nº 28, de 02 de dezembro de 1930, que regulamentou o Código do Processo Civil e Comercial do Estado, restaurou termos judiciários e estabeleceu a igualdade entre as comarcas. Regularizou os essentamentos de Registro Cívico e unificou os ofícios de casamentos, nascimentos e óbitos.

O interventor também não descuidou das irregularidades, removeu, pôs em disponibilidade e demitiu juizes, desarticulando os acordos locais. Pelo decreto de 25 de dezembro de 1930, por exemplo, revogou a disponibilidade do Dr. Heráclito Cavalcante Carneiro Monteiro, imposta por João Pessoa em seu governo mediante as irregularidades praticadas pelo referido bacharel, e, na mesma data o demitiu do cargo de desembargador do Superior Tribunal de Justiça. Anexou vários termos judiciários como a supressão da comarca de Santa Rita a capital pelo decreto nº 83, de 06 de abril de 1931.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> ESTADO DA PARAYBA. **Actos do Interventor Federal**: DECRETOS, de 1º de janeiro a 30 de junho de 1931, administração do interventor Anthenor Navarro. João Pessoa: Imprensa oficial, Nº 717. 1931, p.60.

## 6. SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Depois da Instrução Pública, os serviços de saúde pública e higiene mereceram considerável empenho por parte do executivo estadual. Contudo, tamanho empenho deveu-se a precária situação em se encontrava a saúde pública da Paraíba, como afirma o Dr. Antonio Lins em sua tese – *Saúde Pública e Higiene: suas necessidades e meios de provel-as: “Em matéria de hygiene e saúde pública a Parahyba, como grande número de outros estados, deixa muito a desejar. Basta dizer-se que tendo o nosso Estado trinta e nove (39) municípios, apenas nove (9) tem postos de prophylaxia rural”*.<sup>23</sup>

Em todo Estado, o sistema saúde pública estava condicionado aos mandos das prefeituras sem uma fiscalização ou atuação centralizada, controlada e supervisionada pela Secretaria Estadual de Saúde pública; tais prefeituras dispunham de locais impróprios para o funcionamento dos serviços de saúde e pouco ou quase nada faziam para que esses serviços fossem prestados com o mínimo de qualidade. Com essa situação, gradativamente, problemas como a falta de saneamento, remoção de lixo e falta de adução de água potável tornaram-se problemas de grandes proporções haja vista o crescente número de habitantes em toda a extensão territorial da Paraíba.

As epidemias e as doenças se alastravam por toda a Paraíba; o combate a tuberculose, a lepra e a boubá se deparavam com a insuficiência do sistema de saúde. Não havia no Estado uma enfermaria, hospital ou leprosário para o tratamento dessas doenças, de forma que as mesmas pudessem ser isoladas e tratadas adequadamente. A falta de um saneamento adequado favorecia o ciclo vicioso de contaminação por verminoses.

O sistema hospitalar era mantido por sociedades filantrópica sendo apenas a Colônia Juliano Moreira mantida exclusivamente pelo governo. O Hospital Santa Isabel encontrava-se sem os equipamentos necessários a um bom atendimento; o Hospital Sant’Anna encontrava-se como um depósito de tuberculosos, cancerosos, leproso e sífilíticos sem o tratamento adequado e o Hospital Oswaldo Cruz encontrava-se fechado por falta de verbas.

O Instituto de Proteção e Assistência a Infância mantinha-se com poucos recursos e limitado quanto a sua capacidade de atendimento devido às instalações da maternidade, que não dispunha de prédio próprio.

Esta decadência do sistema de saúde foi motivada, sobretudo, pela suspensão, em 1929, do contrato que estabelecia em partes iguais entre a União e o governo do Estado o custeio das despesas com a saúde e a profilaxia rural. Com o movimento de 1930, o governo revolucionário procurou, sem sucesso, renovar o contrato de cooperação com a União e a saída foi um empenho grandioso para manter por conta própria o financiamento e funcionamento do sistema de saúde na Paraíba.

---

<sup>23</sup> Cf. Problemas e Necessidades da Parayba. Op. Cit. p. 157.

Uma das primeiras medidas de Anthenor Navarro foi, por meio do decreto nº 14, de 30 de dezembro de 1930, criar o Serviço de Higiene Infantil, formado por enfermeiras cuja função era controlar o índice de mortalidade e contaminação dos recém-nascidos.

*“... Instituídas no seu ministério as novas enfermeiras percorrem a cidade, dividida em 12 zonas, ora corrigindo, ora ensinando os principais cuidados de hygiene que devem ter as mães para com os filhos, quer na phase pré-natal, quer depois do parto. A ninguém pode escapar o alcance dessa medida, vamos ensaiar pela primeira vez uma campanha systemática em prol da saúde infantil. A população deve, portanto, olhar com respeito e receber com carinho as enfermeiras desse serviço...”<sup>24</sup>*

Com o Serviço de Higiene Infantil, o governo pôde expandir para todo Estado um primeiro ensaio, como afirma A UNIÃO, de um programa de assistência à infância. Em 1931, novas turmas de enfermeiras foram formadas para atuarem em Campina Grande, Guarabira, Itabaiana, Bananeiras, Cajazeiras, Santa Rita e Areia. Aos poucos, esse serviço de assistência à infância garantiu o funcionamento dos postos de saneamento rural por toda Paraíba e serviu como um ponto de partida para a dinamização do sistema de saúde.

Tal dinamização foi entendida como uma cadeia de ações cujo eixo comum era a contenção do avanço de doenças nas cidades e no campo. O governo revolucionário da Paraíba intensificou o combate as doenças que atingiam o Estado e multiplicou os postos de profilaxia rural na capital e no interior.

Contudo, a intensificação no combate as doenças com o boubá, sífilis, malária, verminoses e a multiplicação dos postos de profilaxia rural se configuraram apenas como preventivos, ou seja, auxiliados pelo Serviço de Higiene Infantil e por médicos tais serviços procuraram informar e desenvolver ações preventivas junto à população. Se compararmos com os dados de 1925, 22.776 pessoas foram tratadas na Paraíba com a vacina 914, contra o Boubá; enquanto que no período de 1930 a 1931 apenas 7.347 pessoas foram vacinadas contra a mesma doença em função da falta de recursos financeiros.<sup>25</sup>

Neste sentido, o Serviço de Higiene Infantil, sem perder seu foco de atuação se expandiu nas campanhas de surtos epidêmicos (disenteria amebiana, coqueluche, sífilis, malária, etc) e promoveu intensas propagandas de preservação da saúde das crianças paraibanas, como por exemplo, cartazes com os cuidados necessários aos recém-nascidos, impressos como “Os 12 mandamentos da parteira curiosa” e visitas regulares às parturientes em suas casas ou na maternidade.<sup>26</sup>

Quanto ao sistema hospitalar, o governo atuou no sentido de discipliná-lo e fazê-lo funcionar. Com a instalação de um sistema de verificação de óbitos, o Estado pôde atuar mais intensamente naqueles estabelecimentos de maior incidência de mortes, a exemplo do

<sup>24</sup> Cf. Jornal A UNIÃO de 29 de janeiro de 1931, p. 01.

<sup>25</sup> Cf. Relatórios do Primeiro Anno de Administração - 1931. Op. Cit. p. 43.

<sup>26</sup> Cf. Relatórios do Primeiro Anno de Administração - 1931. Op. Cit. p. 47.

Hospital Sant'Ana onde eram depositados os tuberculosos. O governo inaugurou, ainda a maternidade da capital e equipou o laboratório e o gabinete dentário do Hospital Colônia Juliano Moreira.

Foi instituído um almoxarifado e uma comissão de compras com vistas à formação de uma reserva de medicamentos e distribuição justa entre os hospitais e postos da capital e do interior. O governo determinou uma porcentagem de 10% da receita do Estado para a saúde e colocou a cargo dos municípios a instalação dos postos de higiene rural sob a vigilância da Secretaria Estadual de Saúde Pública.

No conjunto, as ações da interventoria junto a saúde pública implicaram, também, na assistência social, ou seja, na medida em que se reorganizou o sistema de saúde ações sociais, conseqüentemente, se estenderam a população mais carente. Um exemplo é a ação estatal junto aos flagelados da seca. Neste sentido, as “frentes de emergências” buscaram amenizar os efeitos da estiagem.

## **CONCLUSÃO**

Tendo ficado apenas dois anos a frente da interventoria paraibana (1931-1932), vítima de um desastre aéreo, Anthenor Navarro administrou a Paraíba de forma honesta principiando pela lisura dos atos administrativos.

Favorecido pela “nova ordem de moralização política e administrativa” que caracterizou os primeiros anos pós – 1930, sua interventoria imprimiu uma nova dinâmica de condução da política estadual. É certo que essa dinâmica teve como referência as ações do governo de João Pessoa, contudo, o diferencial estava no respaldo do sistema implantado pós – movimento de outubro.

Ou seja, a interventoria de Anthenor Navarro não teve que lutar contra um compromisso político estabelecido e caracterizado pela “política dos governadores”; seu governo teve como objetivo primeiro, instaurar os primeiros elementos dos princípios defendidos pelo movimento de 1930. Neste sentido, suas realizações e suas ações frente aos redutos políticos tornaram as reações destes setores pouco expressivas se considerarmos o desmonte de tal estrutura política depois de 1930.

O processo de centralização administrativa levado a frente por essa interventoria deu o tom das relações políticas na Paraíba pós – 1930, uma vez que, a legitimidade existente esteve mergulhada em um momento de transição política. Sendo assim, os decretos e as determinações não puderam ser questionados quanto a sua legitimidade, pois os mesmos estiveram imbuídos de um significado moralizador que, a partir de então, apontaram para um novo caminho na política paraibana.

Um estudo sobre a interventoria de Anthenor Navarro, no momento atual, encontra-se em andamento, portanto, esse texto caracteriza as primeiras impressões acerca deste momento imediatamente ao movimento de 1930 na Paraíba.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- GOMES, Ângela Maria de Castro (org). **Regionalismo e Centralização política**: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **A Revolução Estatizada: um estudo sobre a formação do centralismo em 30**. 2ª ed. João Pessoa. Ed. Universitária/UFPB, 1992.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder & Representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930 – 1937**. Salvador: Assembléia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992.
- SANTANA, Martha Mª Falcão de C. e Moraes. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB. 1999
- BURITY, Glauce Mª Navarro. **Anthenor Navarro**. Plaquete, Nomes do Século, série histórica. João Pessoa, A União editora, Nº 22. 2000.
- RIBEIRO, Domingos de Azevedo. **Anthenor Navarro e a Revolução de 30**. Coleção estudos paraibanos. João Pessoa, Sec. de Educação e Cultura. 1981.
- IMPRESA OFFICIAL. **Problemas e necessidades da Parayba**: sugestões apresentadas pela comissão que o governo revolucionário designou para estudar-os. Nº 279. João Pessoa, 1931.
- ESTADO DA PARAYBA. **Anuario Estatístico**. Anno II – 1931. João Pessoa, 1934.
- GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DA PARAYBA. **Relatórios do primeiro ano de administração**. Imprensa Oficial, Nº 275. João Pessoa, 1932.
- ESTADO DA PARAYBA. **Actos do Interventor Federal**: DECRETOS, de 1º de janeiro a 30 de junho de 1931, administração do interventor Anthenor Navarro. João Pessoa: Imprensa oficial, Nº 717. 1931.

## JORNAIS:

A UNIÃO. De outubro de 1930 a dezembro de 1931.